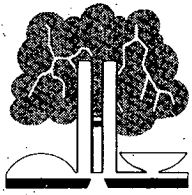


Convênio amplia suspeitas sobre Roriz

Um dia antes de tomar posse, governador do Distrito Federal conseguiu em 1990 do Ministério da Ação Social US\$ 1,2 milhão para empresa de Brasília construir 54 galpões em todo o País

BRASÍLIA — Um convênio assinado com o Ministério da Ação Social no governo Collor complicou a situação do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), na CPI do Orçamento. O convênio liberou US\$ 1,2 milhão do Orçamento para a construção de 54 galpões destinados a servir como unidades de



aperfeiçoamento profissional em todo o País. Roriz assinou o documento um dia antes de tomar posse oficialmente como governador.

Roriz foi interrogado pela CPI no sábado até a noite e disse apenas que não lembrava do convênio. No fim do depoimento, o rela-

tor da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou que o governador vai ser investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O convênio foi assinado na gestão da ex-ministra Margarida Procópio, também investigada pela CPI, e liberava o dinheiro para a Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), órgão de planejamento e

processamento de dados do governo de Brasília. Magalhães considerou "absurdo" o fato de o ministério destinar verbas para obras em vários Estados para uma empresa pública do Distrito Federal.

As suspeitas em torno do convênio foram reforçadas pelo fato de a sua data oficial ser 31 de dezembro de 1990. Roriz assumiu o governo do Distrito Federal no dia 1º de janeiro de 1991. No convênio, consta sua assinatura como gover-

nador e a da vice-governadora Márcia Kubitschek, como testemunha. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que o problema da data pode ter sido causado por um erro burocrático de responsabilidade do Ministério da Ação Social.

Além da data, a CPI encontrou outras irregularidades. O dinheiro do convênio acabou sendo enviado para a Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal. Para construir os galpões, a Codeplan contratou, sem licitação, contrariando os termos do convênio, a desconhecida Fundação da Fraternidade Essência no Brasil, da cidade-satélite de Ceilândia. No mesmo dia em que foi assinado o contrato, 5 de março de 1991, a Codeplan repassou meta-

de do valor do convênio para a fundação. A comprovação da realização das obras foi feita apenas por uma declaração assinada pela presidente da fundação, Joana D'Arc Fraga da Rosa.

No depoimento de quase cinco horas, realizado a portas fechadas na residência oficial do governador na granja de Águas

Claras, Roriz também deixou pendentes explicações sobre a sua movimentação bancária e o crescimento do seu patrimônio. A subcomissão de bancos da CPI calculou a movimentação bancária do governador em US\$ 6,3 milhões nos últimos cinco anos. Roriz afirmou que suas contas movimentaram US\$ 5,4 milhões. A CPI também apurou que as declarações de bens que Roriz fez à Receita Federal não conferem com as que apresentou à Justiça Eleitoral.

DINHEIRO
FOI PARA
SECRETARIA E
EMPREITEIRA
FOI
CONTRATADA
SEM LICITAÇÃO